



• U • C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mestrado em Sociologia

Didier da Costa Dias

Viver (n)a Região Centro

Relatório de estágio em Sociologia sob a
orientação do Professor Doutor Fernando Ruivo

Julho de 2014





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Didier da Costa Dias

"Viver (n)a região centro"

Relatório de estágio em Sociologia realizado na Comissão de Regulação e Desenvolvimento Regional do Centro, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção de grau de mestre

Orientador: Professor Doutor Fernando Ruivo

Coimbra, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aos meus pais, que tanto lutaram e tudo fizeram por mim, sempre.

À minha irmã, que me compreende só com um olhar.

À Inês, a pessoa com quem quero partilhar o resto da minha vida.

Agradecimentos

Quero agradecer ao Doutor Fernando Ruivo pela disponibilidade demonstrada e pela informalidade das nossas reuniões que tornaram todo este processo bem mais simples.

Ao Doutor Bernardo Campos pela admirável simpatia, liberdade e conhecimentos que me transmitiu.

Aos meus "colegas de gabinete" Amélia, Marta, Marcelo e Rita pelo excelente ambiente de trabalho que me proporcionaram, mostrando-se sempre disponíveis para me esclarecer qualquer dúvida ou assunto.

A todos os docentes com quem tive o prazer de partilhar uma sala de aulas.

A todos os meus colegas de curso, muitos também foram docentes para mim.

"O primeiro passo para uma regeneração, económica ou outra, de Portugal é criarmos um estado de espírito de confiança - mais, de certeza - nessa regeneração. (...) Tanto podemos crer que nos regeneraremos, como crer o contrário. Se temos, pois, a liberdade de escolha, porque não escolher a atitude mental que nos é mais favorável, em vez daquela que nos é menos?"

Fernando Pessoa , in Revista de Comércio e Contabilidade (1926).

Resumo

O presente relatório representa um fim de ciclo como estudante. Tem o propósito de reflectir o trabalho de cinco meses de estágio na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sediada em Coimbra. Apresenta como título "*Viver (n)a Região Centro*" numa perspectiva de enquadramento desta região numa conjuntura e num país com características distintas. Abordando assuntos como a adesão de Portugal à CEE ou contextualizando socioeconomicamente a região centro do país, este relatório enaltece ainda o papel preponderante que três documentos podem representar para uma melhoria significativa do modo de vida de uma região -

Abstract

This report represents the end of a cycle as a student. Its purpose is to show the five month work of internship at the Coordination and Regional Development Commission of the Center, based in Coimbra. It presents as title "*Viver (n)a Região Centro*" in a perspective of framework of this region in a conjecture and in a country with distinctive characteristics. Addressing subjects as Portugal's accession to the CEE or socioeconomically contextualizing the center region of the country, this report commends the preponderant role that three documents can represent to a significant improvement of the lifestyle of a region - *Política de Cidades POLIS XXI, Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e Quadro de Referência Estratégico Nacional* relativo aos anos de 2007 a 2013.

Índice

1. Introdução.....	9
2. Local de estágio: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.....	11
2.1. Objectivos do estágio.....	13
2.1.1. <i>Objectivos gerais</i>	13
2.1.2. <i>Objectivos específicos</i>	13
2.2. Ambiente de estágio.....	14
3. Enquadramento teórico-conceitual	15
3.1. Questões centrais de análise.....	15
3.2. Portugal - a adesão à CEE e os fundos.....	16
3.3. Contextualização Socioeconómica do Centro de Portugal.....	19
4. Contributo Teórico-empírico do Estágio.....	24
4.1. Processo do Estágio	24
4.2. Problemática Teórica de Enquadramento	25
4.2.1. <i>A Pergunta de Partida</i>	26
4.2.2. <i>Hipóteses de Trabalho</i>	27
4.2.3. <i>Conceitos Fundamentais</i>	28
4.3. Ideias Gerais	30
4.3.1. <i>O Fenómeno da Bipolarização</i>	30
4.3.2. <i>Perspectiva Comparativa das Regiões</i>	32
5. Análise crítica do estágio.....	36
5.1. Primeira fase: leituras exploratórias	36
5.1.1. <i>Política de Cidades POLIS XXI</i>	36
5.1.2. <i>Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão</i>	39

5.1.3. <i>Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013</i>	41
5.2. Segunda Fase: acompanhamento do processo de candidatura.....	42
5.2.1. <i>Termos do aviso para apresentação das candidaturas</i>	43
5.2.2. <i>Análise das Condições de Admissão e Aceitação</i>	45
6. Considerações Finais	46
7. Cronograma	48
8. Bibliografia.....	49
9. Anexo	51

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores Socioeconómicos.....	20
Tabela 2 - Conceito de Bipolarização.....	28
Tabela 3 - Conceito e Desenvolvimento.....	29
Tabela 4 - Índice de pobreza segundo o rendimento (2000).....	34
Tabela 5 - Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000).....	35

Índice de Figuras

Figura 1 - Densidade Populacional (2010).....	21
Figura 2 - Índice de Envelhecimento (2010).....	22
Figura 3 - Poder de Compra <i>per capita</i> (2009).....	23
Figura 4 - Rendimento Bruto em Sede de IRS por Habitante.....	23
Figura 5 - Rendimento Colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001)....	32
Figura 6 - Número Médio de Anos de Escolaridade: perspectiva concelhia (2001).....	33

1. Introdução

O presente relatório de estágio representa o culminar do trabalho que desenvolvi ao longo dos meus cinco anos na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, primeiro como estudante da licenciatura em Sociologia e, posteriormente, como aluno de mestrado na mesma área.

O plano de estudos do mestrado em Sociologia prevê, no segundo e último ano, a realização de um estágio de cinco meses ou a elaboração de uma dissertação escrita, remetendo a escolha para o mestrando. Eu optei pela primeira hipótese, pois, achei oportuno adquirir experiência profissional, dada a actual conjuntura.

Inicialmente, tive que escolher um orientador e, tal como na unidade curricular, da licenciatura, de ensaio de projecto, escolhi o Professor Fernando Ruivo. Esta escolha prende-se, fundamentalmente, pela área de estudo do docente, as políticas locais, área essa que sempre me despertou interesse, mas também, porque foi um professor que sempre se mostrou disponível para qualquer tipo de esclarecimento e com o qual podemos ter uma "conversa" de carácter bastante informal, facilitando a troca de ideias e a retenção das mesmas.

Tendo em conta que o local do meu estágio teria de estar de acordo com a área de estudo do meu orientador, e após algumas conversa com o mesmo, ficou decidido que seria na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sob a supervisão do Doutor Bernardo Campos.

Centrado no tema das políticas locais, o trabalho que desenvolvi ao longo do estágio representou uma alavanca fundamental para a realização deste relatório.

Como o próprio título do relatório indica - *Viver (n)a região centro* - irei centrar as minhas atenções para a região centro do país, área essa que é abrangida pela CCDR-Centro, mais propriamente, no fenómeno da bipolarização, característica incontestável do país em que vivemos.

O meu relatório pode ser dividido em quatro pontos fundamentais: o meu local de estágio, o enquadramento teórico-conceitual, o contributo teórico-empírico do estágio e, por último, a análise crítica ao estágio.

No primeiro capítulo, apresento os objectivos do estágio e o ambiente vivido nos cinco meses que lá estive. Faço, ainda, uma breve reflexão acerca da CCDR-Centro, dando a conhecer ao leitor um pouco da história desta instituição, bem como da sua finalidade e contributo.

O segundo capítulo serviu para fazer uma contextualização da temática que desenvolvo ao longo do relatório de estágio. Num primeiro subponto, enumero as questões centrais de análise para, de seguida, me debruçar sobre a adesão do nosso país à Comissão Económica Europeia. Termino este segmento do meu relatório com uma breve contextualização socioeconómica do centro do país.

O terceiro ponto inicia-se com uma breve explicação do processo do estágio, seguido da apresentação da problemática teórica de enquadramento, que contém a pergunta de partida, as hipóteses de trabalho e os conceitos fundamentais.

O ponto seguinte refere-se a uma análise crítica do estágio, que inclui as minhas leituras exploratórias e as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio.

O presente relatório serve de término e testemunho dos cinco meses que passei nesta instituição como aluno finalista do mestrado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Espero, tendo isto em mente, corresponder às expectativas em mim depositadas, aprofundando esta temática que me comprometo abordar ao longo de vários meses de pesquisa.

2. Local de estágio: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), organismo desconcentrado da Presidência do Conselho de Ministros, com tutela conjunta com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, dotado de autonomia financeira e administrativa, tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUT II Centro, promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.

Cabe, assim, à CCDRC assegurar a prestação eficiente dos serviços no seu âmbito de actuação, colocando-os na linha da racionalização e modernização dos serviços públicos e actuando com a necessária competência técnica para se tornar um instrumento eficaz da acção governativa. Por outro lado, cabe-lhe estimular e promover os agentes e as actividades regionais, contribuindo para a prossecução dos grandes desígnios da coesão do espaço regional e nacional e para o reforço da competitividade em torno da valorização dos recursos regionais e da promoção da inovação.

A CCDRC existe para coordenar e desenvolver o centro de Portugal, nomeadamente através dos seguintes pilares:

- Promoção da CRER (competitividade responsável estruturante e resiliente);
- Promoção da coesão territorial e da coesão social;
- Apoio prestado aos agentes regionais e aos cidadãos;
- Monitorização e acompanhamento da evolução registada na Região Centro;
- Apoio à captação de investimento e de talento para a Região Centro;

- Criar coerência entre abordagens "de cima para baixo" e "de baixo para cima", de acordo com modelos multinível de funcionamento (do Mundo até ao cidadão e do cidadão até ao Mundo);
- Dinamização de projectos e redes, a nível regional, nacional e internacional;
- Divulgação e reconhecimento do seu papel, interno e externo, enquanto parceiro dinamizador do desenvolvimento regional;
- Dinamização da sustentabilidade, do desenvolvimento organizado, estruturado, ordenado e equilibrado do território e da qualidade de vida das suas populações;
- Apoio, através de serviços de qualidade, prestado aos agentes regionais e aos cidadãos.

A região Centro de Portugal definida para fins de actuação da CCDRC nos vários domínios, com excepção do QREN, abrange um território com 77 municípios, localizados desde as proximidades dos Vales do Douro e do Vouga nos limites a Norte, até ao Vale do Tejo e serras de Aire e Candeeiros nos limites a Sul. A região possui uma fronteira terrestre com as regiões espanholas de Castela e Leão e Estremadura e apresenta uma importante costa marítima a Ocidente.

A área de actuação da CCDRC para efeitos das competências atribuídas no âmbito do QREN 2007-2013, abrange ainda os municípios pertencentes às NUTS III Oeste e Médio Tejo, passando a região Centro a contar um total de 100 municípios.

2.1. Objectivos do estágio

2.1.1. Objectivos gerais

- Complementar a formação académica através do contacto com a vida profissional na empresa e preparar-me para o mercado de trabalho;
- Desenvolver as competências e conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica;
- Aprofundar conhecimentos e competências técnico-práticas adquiridas ao longo do percurso académico;
- Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipa com outros técnicos de diversas formações profissionais.

2.1.2. Objectivos específicos

- Obter informação sobre os instrumentos de programação e de gestão de autarquias locais;
- Certificar o uso dos instrumentos para justificar a apresentação de iniciativas a Fundos Estruturais;
- Tomar contacto com o processo de análise e decisão dos processos de candidatura a Fundos Estruturais;
- Compreender as regras, normas e legislação sobre os Fundos Estruturais;
- Desenvolver competências acerca do processo de candidatura;
- Assimilar os processos de análise, mérito e decisão de uma candidatura.

2.2. Ambiente de estágio

O meu estágio realizou-se na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com sede na cidade de Coimbra, durante um período de cinco meses, entre Outubro de 2013 a Fevereiro de 2014 e sob a orientação do Professor Fernando Ruivo e a supervisão do Doutor Bernardo Campos.

Esta instituição tem como missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território, cidades e desenvolvimento regional, promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações. A CCDR-C assegura ainda a gestão do Programa Regional no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Estive inserido na unidade orgânica II - Qualificação do Território, que pertence ao programa "Mais Centro".

Este programa "Mais Centro", e pegando nas palavras do Presidente da Comissão Directiva do Mais Centro, o Doutor Norberto Pires, *"...é o programa operacional do QREN dedicado ao Centro de Portugal, isto é, é a entidade que tem como objectivo aplicar e gerir os fundos comunitários destinados ao desenvolvimento desta região do país. (...) é um instrumento financeiro que direccionamos para o desenvolvimento de uma região mais coesa, mais competitiva, mais atractiva ao investimento e mais sustentável."*

3. Enquadramento teórico-conceptual

3.1. Questões centrais de análise

As questões centrais de análise deste relatório irão, claramente, coincidir com o título do mesmo - "Viver (n)a região centro".

Tendo como problema de pesquisa o fenómeno da bipolarização que já está enraizado no quotidiano nacional, o meu estágio e consequente relatório vão servir para procurar alternativas a este fenómeno, de modo a combatê-lo e, quem sabe, extingui-lo.

Os principais alicerces que apresento para fundamentar as anteriores afirmações são o Regulamento FEDER e Fundo de Coesão, a Política de Cidades POLIS XXI e o Quadro Estratégico de Referência Nacional (2007-2013).

Irei centrar-me ainda, por exemplo, na natureza da cooperação territorial, ou seja, na forma como as pessoas usam os espaços em que vivem, nas implicações territoriais das políticas sectoriais e na relação entre cooperação e competitividade.

Outro ponto fundamental consiste no facto dos estilos de vida estarem a mudar, o que leva a constantes desafios para os governos e à necessidade de respostas por parte dos mesmos.

"Tirar partido da diversidade territorial" deveria ser uma máxima para todas as políticas relacionadas com os fundos estruturais de modo a combater as desigualdades territoriais e os factores que condicionam o ritmo de desenvolvimento económico e social de uma região - que eu denominarei por condicionantes 3 D's (densidade, distância e divisão).

Por último, não poderia de ressaltar o momento de viragem do país - a adesão à União Europeia a 1 de Janeiro de 1986 - e todas as condicionantes que daí surgiram, principalmente as gritantes quantias de capital que entraram

no território nacional provenientes de fundos estruturais. Irei aprofundar este aspecto de seguida.

3.2. Portugal - a adesão à CEE e os fundos

Portugal é membro da União Europeia desde o dia 1 de Janeiro de 1986. A adesão à então CEE é uma das consequências do "25 de Abril" e das alterações que este movimento provocou nos aspectos económico, político e social. A "revolução de Abril" vem pôr fim a uma política económica em desagregação, com enorme dependência externa, e a um poder político contestado por uma população com más condições de vida e fraco poder de compra. O país perde o mercado colonial e vê-se obrigado a centrar mais a sua atenção para o mercado europeu, para isso, foi necessária uma grande transformação a todos os níveis. Após certa agitação e grandes dificuldades económicas, acentuadas pela recessão da economia mundial, em 1977 é finalmente feito o pedido de adesão.

"... a plena adesão de Portugal às Comunidades Europeias despoletou um significativo processo de modernização de estruturas e comportamentos económicos, em paralelo com uma liberalização global dos mercados, num quadro onde a intervenção pública passou a ser claramente polarizada pela promoção de importantes investimentos de natureza infra-estrutural (...) dinamizados pelo acesso a fundos estruturais de origem comunitária e com algum enquadramento numa perspectiva de desenvolvimento regional do país." (Mateus, 1992)

Os Fundos Estruturais são instrumentos financeiros da política de coesão económica e social da União Europeia e entre eles destacam-se:

- o Fundo Social Europeu (FSE) que se materializou através do Tratado de Roma em 1957 (é o mais atingo dos Fundos Estruturais). Surgiu, primeiramente, como uma resposta a um fenómeno social emergente - o

aumento do desemprego. No entanto, ao longo dos anos tem-se vindo a adaptar aos contextos, de forma a corresponder aos novos desafios de cada época. Por exemplo, nos primeiros anos do pós-guerra, o Fundo Social Europeu dedicava-se à gestão da migração dos trabalhadores dentro da Europa. Posteriormente, passou ao combate ao desemprego entre jovens e os menos qualificados. No período actual de financiamento, entre 2007 e 2013, para além de ter como objectivo apoiar aquelas iniciativas que promovem a igualdade de oportunidades, o financiamento deste fundo está também a auxiliar as empresas e os trabalhadores a adaptarem-se à mudança - este objectivo é conseguido através do apoio à inovação no local de trabalho, da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade dos trabalhadores.

- o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que apoia investimentos produtivos e infra-estruturas, acções de desenvolvimento do potencial endógeno e iniciativas de desenvolvimento local.
- o Fundo de Coesão, criado em 1993, co-financia projectos específicos para os sectores do ambiente e dos transportes.

Assim, e segundo a Agenda Territorial da Comissão Europeia (2011), podemos definir três prioridades para a coesão:

- centrar as políticas nacionais e regionais de desenvolvimento territorial na valorização dos recursos territoriais;
- reforçar as ligações entre territórios e a sua integração promovendo a cooperação e os intercâmbios;
- aumentar a coerência das políticas da União Europeia com impacto territorial.

A Comissão Europeia no "Livro verde sobre a coesão territorial: perspectivas futuras" (2008) comenta o papel dos fundos no desenvolvimento socioeconómico de uma região:

"Os fundos devem ser orientados para sinergias impulsionadores que são auto-reprodutivas e beneficiam a região depois do projecto ou programa ter terminado. A orientação deve passar de apoiar para semear o potencial de crescimento - cooperar para competir. (...) Cada vez mais se reconhece a necessidade de promover a cooperação, o diálogo e a parceria entre os diferentes níveis do governo, as organizações e as pessoas que aplicam a política no terreno."

Como refere o artigo 174º do Tratado de Lisboa (2007):

"De modo a promover um desenvolvimento harmonioso conjunto da União, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção para o reforço da sua coesão económica, social e territorial. Em particular, a União procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas. Deve ser dada atenção especial às áreas rurais, às zonas afectadas pela transição industrial e às regiões que sofrem de graves e permanentes desvantagens naturais e demográficas."

Entretanto, verificou-se um relevante progresso da economia portuguesa, expressado essencialmente em torno de três aspectos - no ganho dos termos de troca, no alívio das restrições externas e na viragem da política cambial portuguesa.

"A alteração da política monetária e cambial e o abrandamento da restrição, a par da modernização das estruturas empresariais e dos modelos de consumo (...) são elementos importantes para compreender a evolução registada pela economia portuguesa no período em análise." (Mateus, 1992)

A economia portuguesa internacionalizou-se e, conseqüentemente, a sociedade passou por um processo de modernização. Esta evolução pode ser analisada em torno de quatro eixos principais: *"um crescimento rápido mas equilibrado, uma aceleração da abertura global da economia, a conservação de uma especialização industrial vulnerável num contexto de concorrência*

acrescida e, por último, a alteração das condições de relacionamento entre o sector real e o sector financeiro." (Mateus, 1992)

"O papel dos fundos estruturais comunitários no desenvolvimento económico de Portugal, embora importante no plano qualitativo, situa-se claramente no terreno qualitativo da dinamização de um largo conjunto de investimentos estruturantes no processo de modernização da economia e das suas infraestruturas." (idem)

Resumindo,

"O contributo dos fundos comunitários é o de criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento, de melhorar as condições gerais de eficiência de estruturas e recursos e de dar um impulso sustentado a um nível mais elevado de investimento." (idem)

3.3. Contextualização Socioeconómica do Centro de Portugal

O Centro de Portugal integra 100 municípios e ocupa 31% da área do território nacional. Com 2,3 milhões de habitantes (quadro 1), concentra 22% da população portuguesa, tendo vindo, na última década, a perder importância em termos populacionais.

Trata-se de uma região com uma baixa concentração populacional (84 habitantes por km²), uma população bastante envelhecida (cerca de 153 idosos por cada 100 jovens, correspondendo os idosos a 21% do efetivo populacional da região) e com crescimento natural populacional negativo decorrente de taxas de mortalidade superiores às de natalidade.

A região detém, em média, 84% do poder de compra nacional, um PIB por habitante de 83% da média do país e possui um rendimento bruto por habitante bastante abaixo da média nacional.

O Centro é uma região relativamente segura, apresentando uma taxa de criminalidade bastante inferior à nacional.

Tabela 1 - Indicadores socioeconómicos

	Centro	Portugal
Superfície do território 2010 (km ²)	28.199,4	92.212,0
População residente censitária 2011 (n ^o)	2.327.580	10.561.614
Taxa de variação da população residente censitária 2001-2011 (%)	-0,9	2
Densidade populacional 2010 (n ^o /km ²)	84,3	115,4
Proporção de população jovem 2010 (%)	13,7	15,1
Índice de envelhecimento 2010 (%)	152,9	120,1
Proporção de população idosa que vive só ou na companhia de outros idosos 2011 (%)	62,9	59,6
Taxa bruta de natalidade 2010 (‰)	8	9,5
Taxa bruta de mortalidade 2010 (‰)	11,4	10
Índice de disparidade do PIB por habitante face à média nacional 2010 (PT=100)	83,4	100
Poder de compra per capita 2009 (PT=100)	84,4	100
Rendimento bruto em sede de IRS por habitante 2009 (euros)	7.041,2	7.999,5
Taxa de criminalidade 2010 (‰)	32,7	39,9

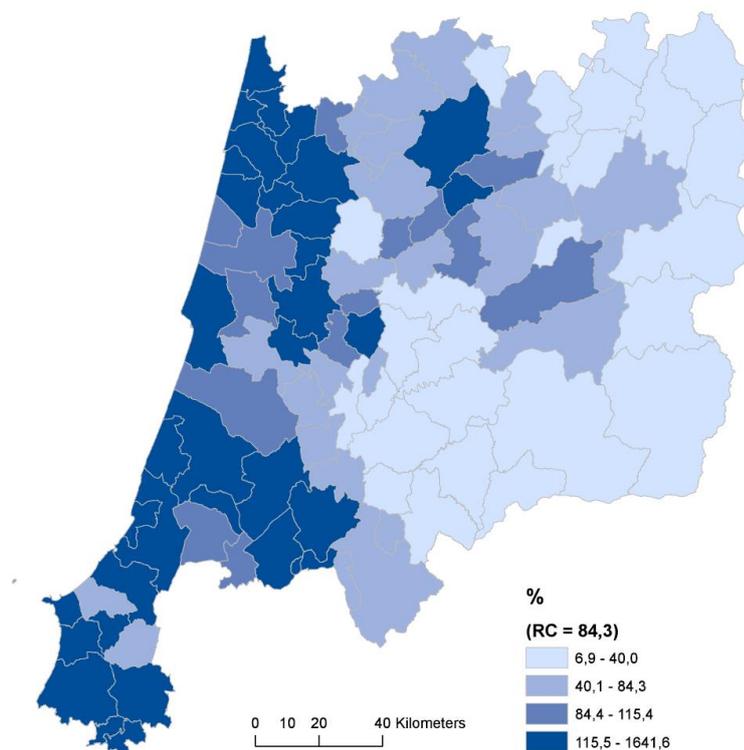
(Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>)

Através dos valores apresentados no quadro 1, conseguimos retirar diversas conclusões. A zona centro representa perto de um terço da superfície do território nacional mas agrega menos de um quarto da população do país. Apresenta valores acima da média nacional em termos de população idosa e abaixo da média nacional relativamente à população jovem.

Verifica-se que a baixa densidade populacional do Centro resulta da assimetria entre um litoral mais densamente povoado e um interior montanhoso e fracamente povoado, com exceção dos centros urbanos aí localizados (figura 1).

A região integra municípios com mais de 350 habitantes por km² (Entroncamento, Ílhavo, Coimbra, Ovar, Peniche, Aveiro), a par de outros com cerca de 10 habitantes por km² (Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Pampilhosa da Serra).

Figura 1 - Densidade populacional 2010



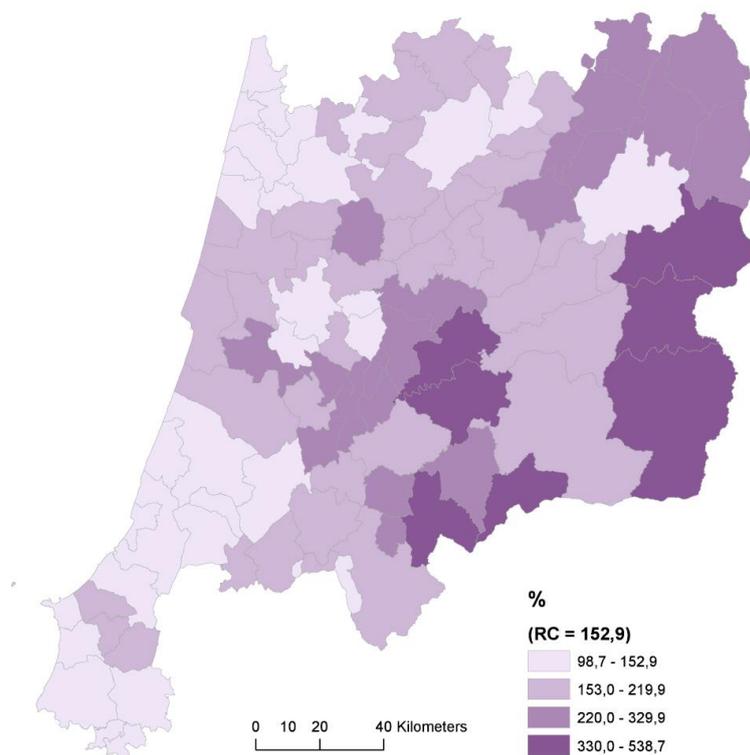
(Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>)

Na figura 2, relativa ao índice de envelhecimento, que relaciona a população idosa (com 65 ou mais anos) e a jovem (população com menos de 15 anos), podemos verificar outro fenómeno social, um território bastante assimétrico do ponto de vista demográfico, com o litoral a apresentar uma população relativamente mais jovem e o interior uma população mais envelhecida (com exceção para Viseu e Guarda).

A realidade municipal é muito contrastante, existindo municípios, no interior, com mais de 500 idosos por cada 100 jovens (Penamacor, Oleiros e Vila Velha de Ródão) e municípios, no litoral, onde existe praticamente o mesmo número de jovens e de idosos (Ovar, Ílhavo e Aveiro).

A região caracteriza-se por uma maior representatividade de idosos a residirem em condições de isolamento social (62,9%) face ao País, apresentando-se apenas 17 municípios abaixo da média nacional (de cerca de 60%).

Figura 2 - Índice de envelhecimento 2010



(Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>)

Dois pontos essenciais para desenvolver o meu relatório de estágio são o poder de compra da região centro (figura 3) e a sua capacidade de gerar rendimento (figura 4). Analisando estas duas figuras evidenciam-se algumas disparidades na região, baseadas sobretudo na dimensão e no dinamismo dos centros urbanos em questão, sendo que aqui não se aplica a frequente distinção entre o interior e o litoral, o que indica uma relação positiva entre o grau de urbanização e de dinamismo dos municípios e o seu poder de compra e capacidade de gerar rendimentos.

Observa-se, no entanto, que existem grandes assimetrias no Centro de Portugal. Por um lado temos municípios como Coimbra e Aveiro com valores bastante acima da média nacional, no extremo oposto surgem municípios como Vila Nova de Paiva, Penalva do Castelo ou Aguiar da Beira onde o poder de compra *per capita* é cerca de metade do valor nacional e o rendimento gerado por habitante menos de metade. É também visível que o centro da região constitui uma parcela frágil desse mesmo território.

Figura 3 - Poder de compra *per capita* 2009

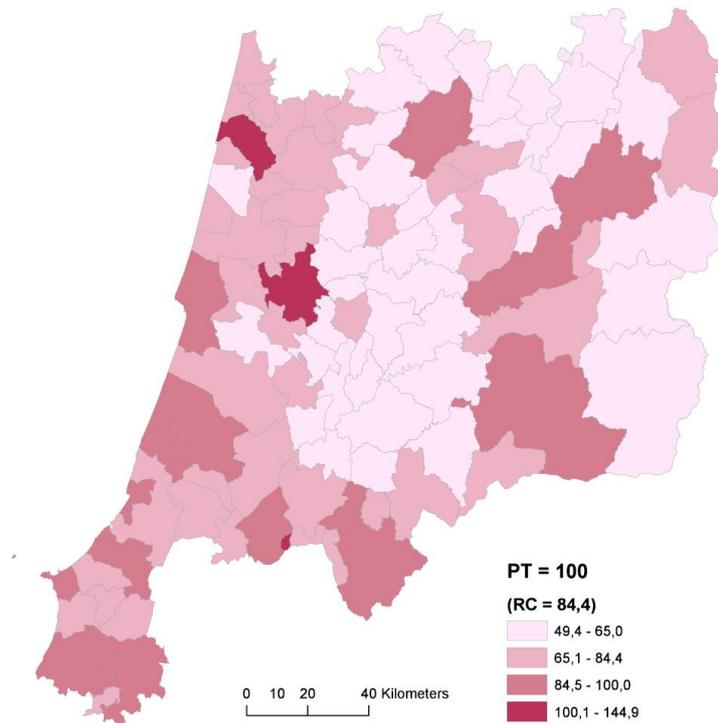
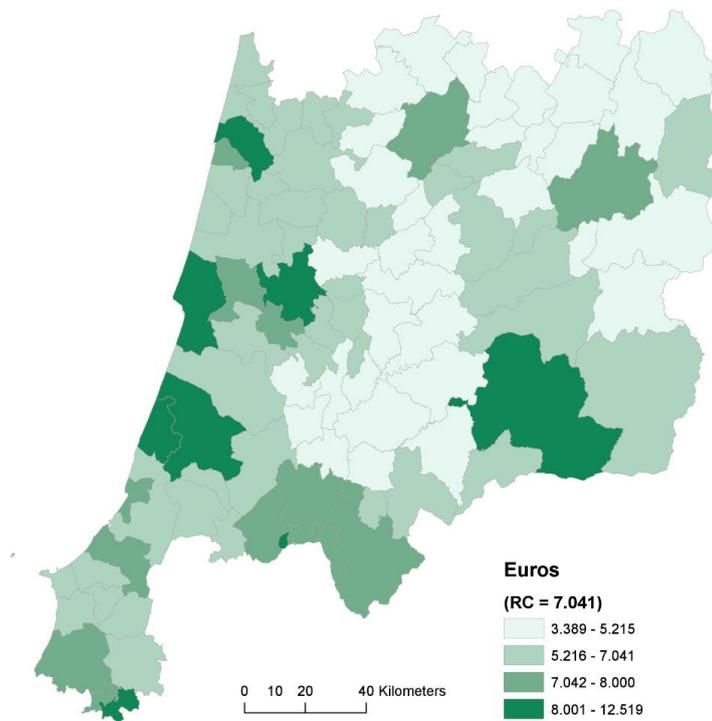


Figura 4 - Rendimento bruto em sede de IRS por habitante 2009



(Dados extraídos de <http://datacentro.ccdrc.pt>)

4. Contributo Teórico-empírico do Estágio

4.1. Processo do Estágio

O processo do estágio incidiu sobre os seguintes aspectos:

- Entender o funcionamento dos instrumentos de gestão e programação das Autarquias Locais (orçamento e plano);
- Compreender as regras, normas e legislação sobre Fundos Estruturais;
- Desenvolver competência acerca do processo de candidatura;
- Assimilar os processos de Análise, Mérito e Decisão de uma candidatura.

Relativamente à metodologia que usei, os conhecimentos que adquiri ao longo do meu percurso universitário disponibilizaram-me um conjunto de competências de diagnóstico e avaliação em diversos domínios, que se revelam, desde logo, extremamente úteis para finalidades específicas em qualquer local de estágio.

Numa primeira fase, para um adequado funcionamento do meu estágio, necessitei de enquadrar-me teoricamente no contexto da CCDR-C, mais concretamente do programa "Mais Centro", com base em documentos de referência, na sua grande maioria regulamentos específicos das diversas temáticas e o regulamento FEDER e Fundo de Coesão.

Durante todo o processo de estágio utilizei algumas ferramentas que desenvolvi aquando da minha licenciatura em Sociologia e, posteriormente, no mestrado, a observação directa foi uma delas. Observei as práticas profissionais dos diversos funcionários da CCDR-C, como por exemplo, em reuniões, na realização de tarefas de apoio e na execução de tarefas especializadas, o que se tornou bastante útil para um melhor entendimento do funcionamento da instituição.

4.2. Problemática Teórica de Enquadramento

Quando me foi comunicado o local em que iria estagiar e, conseqüentemente, finalizar o meu mestrado em Sociologia, iniciei uma pesquisa acerca da temática da instituição que me iria acolher nos cinco meses seguintes. Desde logo delinei uma pergunta de partida e algumas hipóteses de modo a facilitar a realização do relatório de estágio, posteriormente. Após alguns dias de reflexão e procura, escrevi a minha primeira pergunta de partida: *Qual o impacto dos fundos estruturais no desenvolvimento socioeconómico de uma região?* e as minhas primeiras hipóteses de trabalho: *a modernização da sociedade portuguesa e o conseqüente desenvolvimento socioeconómico estão directamente relacionados com a internacionalização da económica do país; a densidade, a distância e a divisão são as principais condicionantes do ritmo de desenvolvimento socioeconómico de uma dada região; e, por último, a forma como as pessoas usam os espaços em que vivem influencia a política de actuação de uma autarquia local.*

Após algumas conversas com o meu orientador e com o decorrer do estágio, apercebi-me que a problemática deveria ser modificada de modo a abranger um fenómeno sociológico na sua plenitude.

Tendo sempre em mente a temática da CCDR-Centro e, de modo a contextualizar este relatório com a mesma, comecei a delinear uma nova problemática teórica de enquadramento. Queria abranger alguns conceitos apreendidos aquando da realização do meu estágio, os quais serão explicados mais à frente, tais como, fundos estruturais, desenvolvimento socioeconómico, região, entre outros. Foi então que me lembrei de um fenómeno bastante característico do país em que vivemos - o fenómeno da bipolarização.

O papel da sociologia será certamente fundamental para um desenvolvimento correcto e assertivo de qualquer região do planeta. E é isso que tentarei demonstrar com este relatório.

O ponto seguinte servirá para explicar a minha problemática final, na sua totalidade.

4.2.1. A Pergunta de Partida

Falar no fenómeno da bipolarização representa nos dias que correm, falar de Portugal. É uma realidade intrínseca da história do país, realidade essa que parece condenada à imortalidade.

O que poderemos então fazer para contrariar este fenómeno que parece ser incontrariável? Perante a conjuntura actual, a única "luz ao fundo do túnel" que ainda nos poderá alimentar a esperança são os fundos estruturais.

É então que entra em acção o papel fundamental que a CCDR-Centro desempenha no combate a este fenómeno, (ou que poderá desempenhar).

As potencialidades que os fundos estruturais apresentam são imensas e, com a CCDR-Centro como intermediária, essas mesmas potencialidades têm, obrigatoriamente, que ser aproveitadas ao máximo.

O meu relatório de estágio baseia-se nesta ideia, a de aproveitar todos os recursos que nos são disponibilizados (fundamentalmente os fundos estruturais, mas não só) de modo a combater este fenómeno social que nos caracteriza e se tornou quase como que um dogma nacional.

Viver na região centro do país é, sem dúvida alguma, um *handicap* para um cidadão português por diversas razões que explicarei ao longo deste relatório, o acesso a determinados eventos culturais é dos primeiros exemplos *que me vem à cabeça*, o acesso a aeroportos (cada vez mais em voga) é outro ponto bastante importante neste capítulo.

Posto isto, e após algumas semanas de estágio, já enquadrado com o tema, formulei a minha pergunta de partida final: *O que se pode fazer para combater o fenómeno da bipolarização em Portugal?*

De seguida, irei formular algumas hipóteses de trabalho e, ainda, apresentar alguns conceitos fundamentais relacionados com a pergunta de partida.

4.2.2. Hipóteses de Trabalho

Tendo em conta a pergunta de partida formulada, neste capítulo apresentarei as hipóteses de trabalho que considere relevantes para o desenvolvimento do presente relatório:

- O fenómeno da bipolarização em Portugal é um entrave ao desenvolvimento socioeconómico da região centro;
- A região centro possui todas as potencialidades para extinguir o fenómeno da bipolarização no país;
- O papel da CCDR-Centro é fundamental para o combate à bipolarização;
- A actual conjuntura económica favorece o crescimento do fenómeno da bipolarização;
- Os estilos de vida estão a mudar, levando à necessidade de novas respostas por parte dos governos, constituindo uma oportunidade para os mesmos;
- A política local deve tirar partido da diversidade cultural de cada região de modo a garantir uma igualitária promoção de todas as regiões do país;
- Os factores que condicionam o ritmo de desenvolvimento socioeconómico de uma região são a densidade, a divisão e a distância;
- A relação entre cooperação e competitividade entre regiões é preponderante para um desenvolvimento socioeconómico mais conseguido.

4.2.3. Conceitos Fundamentais**Tabela 2 - Conceito de Bipolarização**

Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores
<u>Bipolarização</u>	Territorial	Espaço	Dimensão (km ²)
		Localização	Geografia
	Social	População	Faixas Etárias
		Serviços	Acesso a serviços de saúde
	Económica	Empresarial	Ofertas de emprego
			Nº de empresas
		Compra	Nº de centros comerciais
	Cultural/Desportiva	Oferta	Nº de teatros
			Nº de cinemas
			Nº de museus
			Nº e tipo de equipamentos desportivos

Tabela 3 - Conceito de Desenvolvimento

Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores
<u>Desenvolvimento</u>	Socioeconómico	Densidade	População
			Faixas etárias
		Distância	Km para os principais centros urbanos
		Divisão	Cooperação territorial
	Infraestrutural	Saúde	Nº de hospitais
			Nº de centros de saúde
		Desportivos	Nº de equipamentos por região
		Culturais	Nº de teatros
			Nº de museus
			Nº de cinemas
		De Apoio	Nº de tribunais
			Nº de juntas de freguesia
			Nº de câmaras municipais

4.3. Ideias Gerais

4.3.1. O Fenómeno da Bipolarização

O conceito de bipolarização aparece no dicionário de língua portuguesa como um acto ou efeito de bipolarizar ou bipolarizar-se; como uma concentração de ideologias políticas de um país em apenas dois blocos; ou, fisicamente, como o acto ou efeito de tornar bipolar.

Os principais acontecimentos que conduziram à saída de pessoas das zonas interiores foram, fundamentalmente, o êxodo rural e a emigração verificadas, o que originou um rápido e acentuado crescimento das principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto, levando, neste contexto, ao aparecimento do fenómeno da bipolarização no país.

Actualmente, a Área Metropolitana de Lisboa tem cerca de 2.8 milhões de habitantes, o que representa cerca de 25% da população portuguesa (em apenas 3% do território nacional).

Por sua vez, a Área Metropolitana do Porto contém cerca de 1.8 milhões de pessoas. Ou seja, se juntarmos as duas áreas metropolitanas, em termos populacionais, representam quase metade da população nacional.

De acordo com a lei nº 45/2008 de 27 de Agosto, das áreas metropolitanas criadas em 2003 só restam as chamadas "clássicas": Área Metropolitana do Porto e Área Metropolitana de Lisboa, sendo as restantes reorganizadas em Comunidades Intermunicipais. Mais um claro indício do país bipolarizado em que vivemos.

Um fenómeno que caminha de mãos dadas com o fenómeno da bipolarização no território nacional é o da litoralização. Com uma costa extensa, este aspecto, em Portugal, verifica-se fundamentalmente devido à localização geográfica das cidades do litoral. A localização de Portugal é estratégica, pois, é um dos pontos da Europa que mais perto se encontra do continente americano.

Assim, podemos concluir que a distância desempenha um papel preponderante acerca da influência de uma cidade em relação a outra. Robert Badouin afirmou que *"O elemento proximidade determina igualmente os resultados das diversas produções."*

O crescimento das cidades no litoral do país é um fenómeno histórico, sendo, como já referi anteriormente, a localização das mesmas o principal aspecto que conduziu a este fenómeno. Após a Revolução Industrial, *"o crescimento do terciário localiza os empregos nas cidades"* (Badouin), o que conduz ao surgimento de um novo fenómeno social - o êxodo rural, um dos principais impulsionadores da bipolarização.

A localização dos aeroportos, da grande parte das multinacionais, dos meios de transportes mais modernos e acessíveis, são alguns dos elementos que diferenciam os dois pólos do país dos restantes, mais propriamente a região centro.

Como F. Tonnies afirmou no seu livro *Community and Society*:

"As cidades pela sua influência e importância, alcançam na nação, predominância sobre a organização rural. Em consequência, campo e aldeia devem usar mais as suas próprias forças produtivas para o apoio e o avanço das áreas urbanas do que o que podem poupar poupar para fins de reprodução. Portanto, a organização rural está condenada à dissolução... a vida urbana parece exercer por si própria, produzindo e consumindo, tendendo a dominar a totalidade do país cada vez mais, para tirar deles as suas forças e conduzir à sua destruição."

Sendo Portugal um país litoralizado e bipolarizado como explicado anteriormente, logicamente que, na região centro e nas regiões do interior, se verificam mais zonas predominantemente rurais. Daí ter transposto o parágrafo de F. Tonnies.

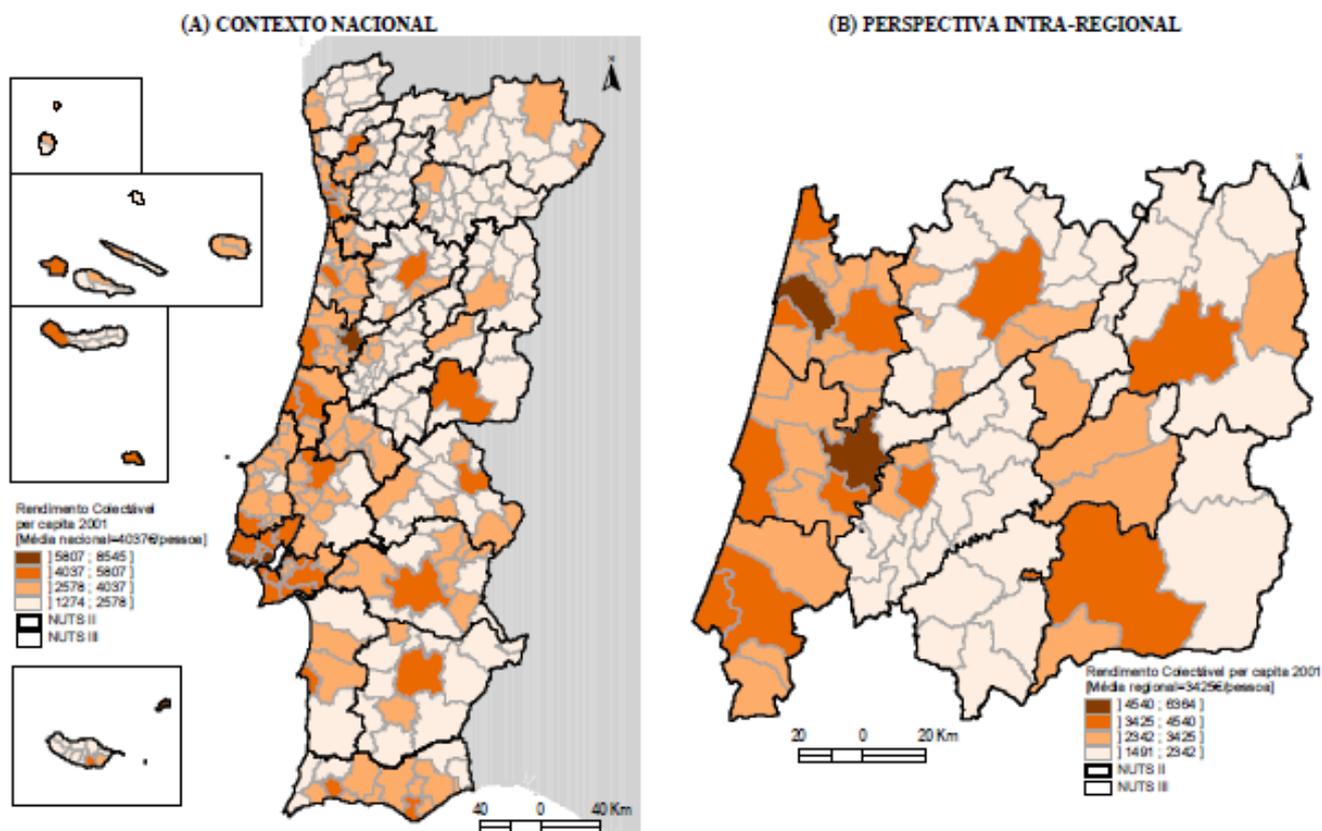
O ponto 4.3.2 servirá para apresentar alguns dados referentes à região centro de Portugal e às restantes regiões do país, numa perspectiva comparativa.

4.3.2. Perspectiva Comparativa das Regiões

Para o desenvolvimento deste ponto do meu relatório centrei a minha pesquisa a um documento bastante completo e específico - o relatório final sobre a *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social: Volume 3 - Competitividade, Coesão e Convergência: a óptica específica das regiões portuguesas "Região Centro"*, da autoria do consórcio liderado por Augusto Mateus e Associados.

A primeira figura que apresento é retirada do relatório acima enunciado e consiste no rendimento colectável *per capita* numa perspectiva concelhia, referente ao ano de 2001. Através desta figura, e tendo em conta que os rendimentos são sinónimo de desenvolvimento, são de fácil verificação os dois fenómenos que trato no presente relatório - bipolarização e litoralização.

Figura 5 - Rendimento Colectável *per capita*: perspectiva concelhia (2001)

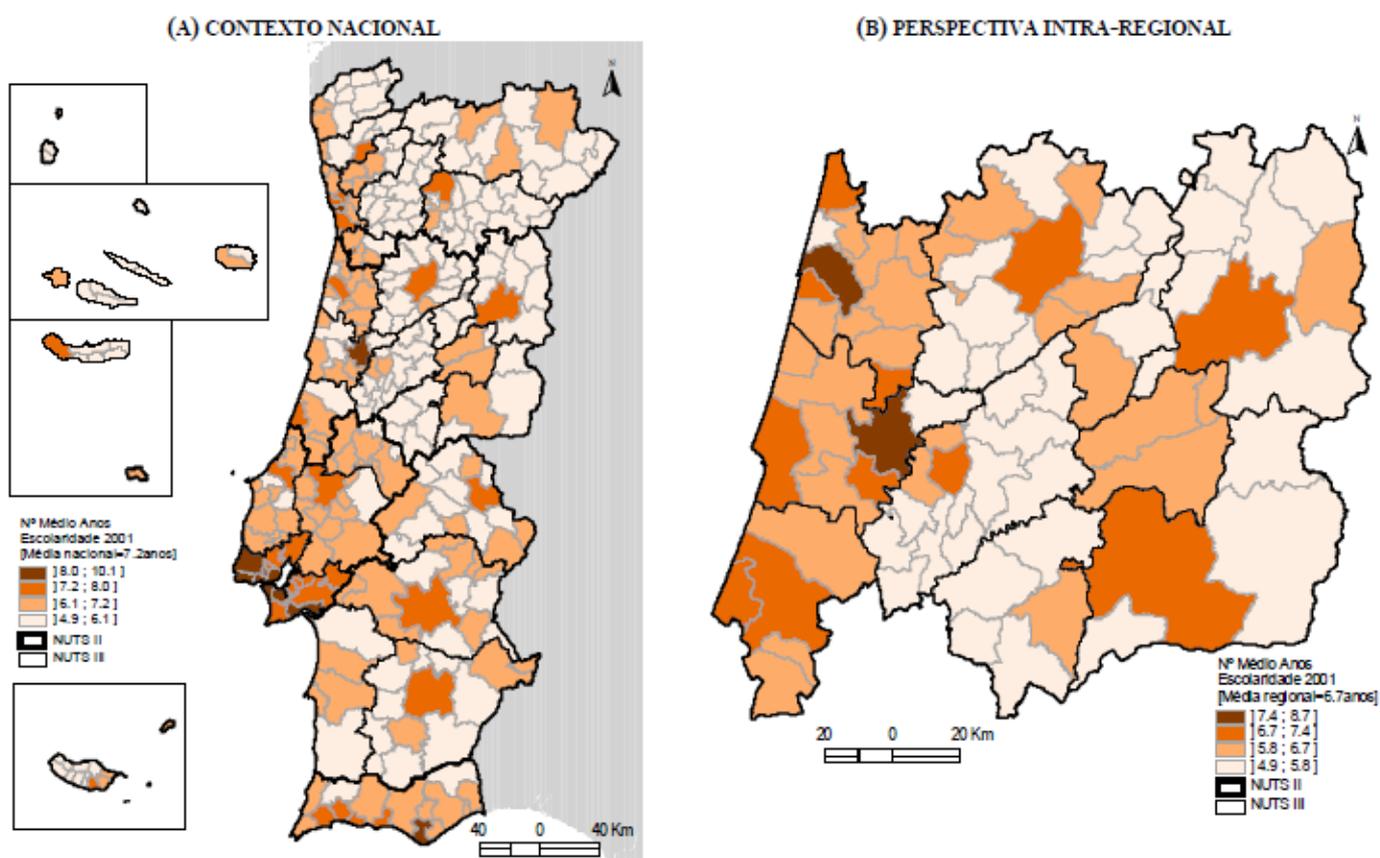


(Elaborado pela equipa de projecto com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE)

De salientar que, até dentro da própria região centro (figura 5 alínea b) a litoralização é facilmente visível, sendo que este facto se vai continuar a verificar nas figuras que apresentarei posteriormente.

No número médio de anos de escolaridade (figura 6) continua a verificar-se que Portugal é um país bipolarizado e litoralizado, litoralização essa que continua a evidenciar-se na perspectiva regional.

Figura 6 - Número médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001)



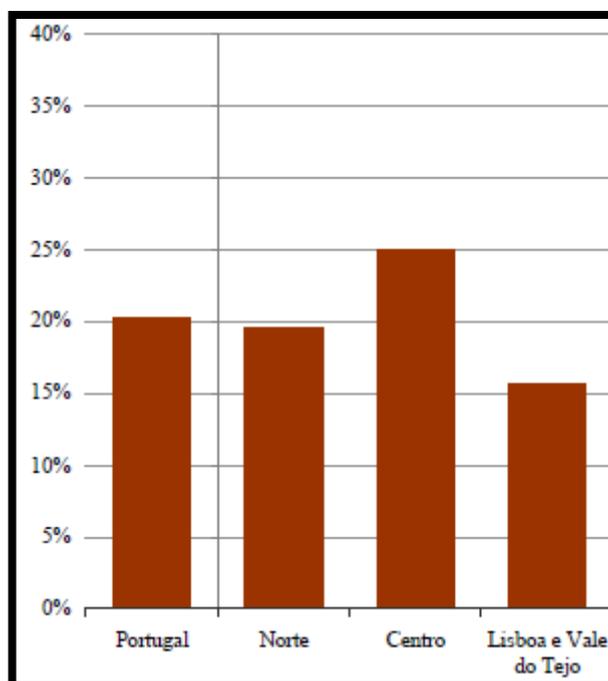
(Elaborado pela equipa de projecto com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE)

São diversos os cenários que contribuem para esta realidade. O maior envelhecimento da população das regiões do interior leva, inversamente, à existência de mais jovens nas zonas litorais. Esta realidade, alicerçada ao facto de que hoje em dia é mais fácil estudar do que há 30 anos atrás, contribui para justificar os números apresentados na figura 6. Há mais jovens no litoral, há

mais idosos no interior, o ensino está mais acessível que há 30 anos atrás, o litoral é mais escolarizado que o interior.

Outro quadro de comparação que considere importante salientar foi o presente na tabela 4 - o índice de pobreza segundo o rendimento nas diferentes regiões. Ao observar a tabela rapidamente se conclui que, das três regiões, a região centro é a que apresenta um maior índice de pobreza (a rondar os 25%) e a diferença para as outras regiões ainda é bastante significativa (a rondar os 5% em relação ao norte do país e à média nacional e 10% à região de Lisboa).

Tabela 4 - Índice de pobreza segundo o rendimento (2000)

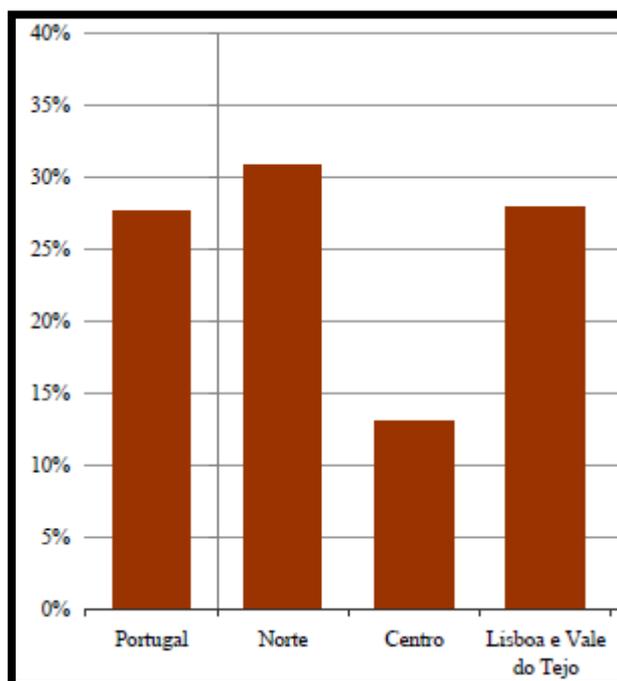


Nota: Índice de pobreza segundo o rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

(Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal)

Paradoxalmente, se tivermos em conta o índice de pobreza segundo as condições de vida a realidade é completamente distinta. A tabela 5 demonstra isso mesmo, os valores mostram diferenças gritantes, menos de metade da percentagem em relação à média nacional, à região norte e à região de Lisboa.

Tabela 5 - Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo o rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

(Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal)

Vou terminar este ponto com a explicação das diferenças verificadas nestas duas anteriores tabelas presente no relatório "Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social": *"as implicações de um modelo complexo de equilíbrio entre a origem das principais fontes de rendimento (onde se destaca, nas zonas rurais, o complemento de rendimento associado ao trabalho agrícola e a sua restrição, nas zonas urbanas, a rendimentos com características mais institucionais, como os provenientes do trabalho, pensões e reformas), permitem explicar que, apesar da elevada percentagem de população que reside em situação de extrema carência económica na região Centro, seja mais reduzida a percentagem de população que sofre de pobreza segundo as condições de vida, como resultado do complemento de rendimento que, nas zonas rurais, se origina no trabalho agrícola e que permite a libertação de meios financeiros para outras despesas essenciais dos agregados familiares."*

5. Análise crítica do estágio

5.1. Primeira fase: leituras exploratórias

A fase inicial do meu estágio serviu para eu me enquadrar com a temática da CCDRC e, para isso, foram-me facultados alguns regulamentos, relativos às diversas competências e âmbitos de actuação do programa "Mais Centro".

Os principais documentos que analisei e nos quais vou centrar atenções são a *Política de Cidades POLIS XXI*, o *Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão* e o *Quadro de Referência Estratégico Nacional* para os anos de 2007 a 2013.

5.1.1. Política de Cidades POLIS XXI

A "Política de Cidades POLIS XXI" foi o primeiro documento que li na CCDRC e, de seguida, irei apresentar alguns dos elementos que retirei deste mesmo documento, que considero pertinentes para o assunto deste relatório.

Baseia-se em matéria de ordenamento de território e cidades, promovendo um novo ciclo de intervenção urbana, sob o desígnio de três pilares:

1. Adicionar à dimensão intra-urbana uma visão mais ampla;
2. Promover uma política mais integradora da transformação das cidades em espaços de coesão, competitividade e qualidade ambiental;
3. Estimular novas formas de governação, maior participação dos cidadãos, mecanismos flexíveis de cooperação entre cidades e entre estas e os espaços envolventes.

Um dos principais objectivos é a criação de um modelo de desenvolvimento cada vez mais dependente do conhecimento e da inovação, sendo que os territórios-alvo são espaços urbanos específicos.

Os objectivos operativos passam por:

1. Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade;
2. Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade;
3. Qualificar e intensificar a integração de cidade na região envolvente;
4. Inovar nas soluções para a qualificação urbana.

As dimensões de intervenção desta política são três: a regeneração urbana, a competitividade/ diferenciação e a integração regional.

A regeneração urbana visa a coesão e coerência do conjunto de cidade e envolve a articulação de diferentes componentes. Por sua vez, a dimensão da competitividade/ diferenciação engloba a valorização dos factores de diferenciação e a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimentos. A dimensão da integração regional apresenta como objectivos estruturar aglomerações, aumentar a dimensão urbana através da cooperação de proximidade, fomentar complementaridades e economias de aglomeração, racionalizar e qualificar os equipamentos e serviços que a cidade disponibiliza à sua região.

Torna-se, portanto, necessário, explicar os instrumentos específicos da Política de Cidades no âmbito do QREN.

O primeiro destes instrumentos consiste parcerias para a regeneração urbana que engloba parcerias locais lideradas pelos municípios e um programa de acção comum de regeneração de um território específico de uma dada cidade. Estas parcerias locais e correspondentes programas de acção podem ter como objecto a valorização de áreas de excelência urbana, a qualificação das periferias urbanas, a renovação das funções e dos usos de áreas abandonadas e, ainda, a requalificação e reintegração urbana de bairros críticos. Os programas de acção devem dar resposta integrada aos desafios de

qualificação do espaço público e do ambiente urbano, do desenvolvimento económico, do desenvolvimento social e do desenvolvimento cultural.

O segundo instrumento específico são as redes urbanas para a competitividade e a inovação que vi visam, essencialmente, estruturar processos de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas (Programa Estratégico). Os objectivos deste instrumento passam por apoiar a afirmação das cidades enquanto nós de redes de inovação e competitividade de âmbito nacional e internacional, promover o reforço das funções económicas superiores das cidades, estimular a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e factores de diferenciação, promover a inserção das cidades em redes internacionais e otimizar o potencial das infra-estruturas e equipamentos numa perspectiva de rede. Este tipo de instrumentos políticos visam prioritariamente estruturar redes de cidades.

Em terceiro e último lugar, temos as denominadas acções inovadoras para o desenvolvimento urbano que, resumidamente, dinamizam soluções inovadoras como resposta a problemas determinados problemas urbanos, como por exemplo, na eficiência e reutilização de infra-estruturas e equipamentos existentes, na exploração das oportunidades que as novas tecnologias oferecem, na capacitação das comunidades locais e, finalmente, no desenvolvimento de novas formas de parceria público-privadas. As áreas temáticas em que este tipo de instrumento actua são as seguintes: na prestação de serviços de proximidade, na acessibilidade e mobilidade urbana, na segurança e combate à criminalidade, na gestão do espaço público e do edificado, na construção sustentável, no ambiente urbano, na criatividade e empreendedorismo na valorização dos recursos territoriais e, por último, na governação urbana com incremento da participação dos cidadãos e dos actores económicos e sociais.

Existem ainda, alguns elementos do QREN relevantes para a Política de Cidades. Destacam-se as articulações relativas a dois domínios: as intervenções no âmbito do Fundo Social Europeu, designadamente nas tipologias relativas à inclusão social e os sistemas de incentivos.

De realçar a importância que o papel do Estado representa neste tipo de instrumentos de política, que passa por estabelecer o referencial da sua aplicação, até, fixar as orientações gerais que deverão ser acolhidas nos critérios de avaliação das candidaturas. Por sua vez, a Política de Cidades depende, invariavelmente, de propostas locais e é implementada sempre tendo em conta uma abordagem descentralizada em que se destacam alguns princípios - a iniciativa local, dependente das propostas locais; o procedimento concursal, dependente da qualidade das propostas; a programação estratégica, que se apoia em programas de acção estratégicos (as candidaturas); e, finalizando, a parceria e contratualização, que pressupõe o recurso generalizado ao princípio da contratualização que o Estado disponibiliza para o efeito.

5.1.2. Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão

Este regulamento foi criado no âmbito do QREN e formulado numa perspectiva de salvaguarda do princípio da responsabilidade financeira do Estado-membro pela boa utilização dos fundos. Vou passar a explicá-lo, resumidamente, dada a tremenda importância que o mesmo representa na matéria dos fundos estruturais. De ressaltar que este regulamento prevalece sobre todos os regulamentos específicos, sendo, portanto, considerado "a bíblia" dos fundos estruturais.

Em primeiro lugar, este regulamento é aplicável:

- Aos Programas Operacionais financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão;
- Aos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia;
- Aos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas financiadas pelo FEDER;
- Às operações de natureza FSE (Fundo Social Europeu) financiadas complementarmente pelo FEDER;

- Às operações de natureza FEDER financiadas complementarmente pelo FSE, exclusivamente no que respeita à elegibilidade das despesas.

Os princípios pelos quais este regulamento se orienta são a eficácia e profissionalização - utilização mais racional e adequada dos recursos públicos, tendo em conta os valores éticos inerentes à qualidade do exercício de funções públicas; a simplificação - correcção de eventuais complexidades desnecessárias; a proporcionalidade - respeito pelo quadro jurídico nacional e comunitário.

As regras de aplicação do FEDER e Fundo de Coesão devem ainda favorecer a procedimento eficaz e eficiente das orientações estratégicas definidas para o QREN e promover as operações que melhor contribuem para a concretização das metas e prioridades estratégicas estabelecidas.

Relativamente às elegibilidades que se enquadram neste regulamento, encontramos as despesas efectuadas com a realização de operações, aprovadas pela autoridade de gestão e que se enquadrem em regulamentos específicos, orientações técnicas gerais e específicos dos Programas Operacionais e avisos de abertura dos concursos para apresentação de candidaturas. Aplicando-se a todo o território nacional, as operações a financiar não podem ter sido concluídas antes da data de elegibilidade inicial.

O último aspecto que pretendo enaltecer deste regulamento prende-se com as condições gerais de admissão e de aceitação dos beneficiários. Os beneficiários devem, para efeitos de admissão, preencher as seguintes condições: a) estarem previstos como beneficiários nos eixos prioritários do Programa Operacional e na tipologia de investimento a que se candidatam; b) apresentarem situação regularizada em termos de licenciamento da actividade do estabelecimento; c) apresentarem situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social; d) possuírem adequadas condições de solvabilidade financeira; e) comprometerem-se a assegurar o cumprimento da programação temporal, física e financeira da operação. De realçar ainda que, à data da abertura concursal, os beneficiários se devem encontrar legalmente constituídos, desenvolverem actividades no território abrangido pelo Programa Operacional e pela tipologia de investimentos a que se candidatam e

possuírem, ou poderem garantir, os meios técnicos, físicos e financeiros necessários ao desenvolvimento da operação em causa.

5.1.3. Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013

O grande desígnio estratégico do quadro de referência estratégico nacional para os anos de 2007 a 2013 passa por qualificar os portugueses e as portuguesas, valorizando a igualdade de oportunidades e o aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. Este documento pode ser dividido em três grandes Agendas Temáticas:

- para o Potencial Humano (qualificações escolares e profissionais; promoção do emprego e da inclusão social; valorização da igualdade de género e da cidadania plena);
- para os Factores de Competitividade (qualificação do tecido produtivo; melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial);
- para a Valorização do Território (melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações; intervenções de natureza infra-estrutural; dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço económico, social e territorial).

As principais prioridades estratégicas definidas neste documento são promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas; promover o crescimento sustentado; garantir a coesão social; assegurar a qualificação do território e das cidades e aumentar a eficiência da governação.

Privilegiando a orientação para os resultados e para a eficiência na utilização dos recursos, o QREN assume como princípios orientadores:

1. Concentração das intervenções, dos recursos e das tipologias de acção;
2. Selectividade e focalização dos investimentos e acções de desenvolvimento;

3. Viabilidade económica e a sustentabilidade financeiradas actuações dirigidas à satisfação do interesse público;
4. Coesão e valorização territoriais que potenciem os factores de progresso económico;
5. Gestão e monitorização estratégica das intervenções.

Os objectivos e prioridades do QREN são constituídos por: cooperação transfronteiriça, que corresponde ao desenvolvimento de actividades económicas, sócio-culturais e ambientais transfronteiriças através de estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável; cooperação transnacional, ou seja, mediante o financiamento de redes e acções que levem a um desenvolvimento territorial integrado e, por último, cooperação inter-regional, equivalente ao reforço da eficácia da política regional.

5.2. Segunda Fase: acompanhamento do processo de candidatura

Após o término da fase das leituras exploratórias, que durou cerca de um mês, e com o encerramento (a 31 de Outubro de 2013) de uma nova fase de candidatura, relativa à "Requalificação da Rede Escolar do 1ºCiclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar", o meu estágio iniciou um novo caminho - o do acompanhamento de um processo de candidatura. O primeiro mês do estágio serviu de preparação para este momento.

Este processo de candidaturas encontra-se ao abrigo do eixo prioritário número três - "Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais" e o regulamento aplicado é o "Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar".

O Doutor Bernardo Campos marcou uma reunião de modo a explicar os procedimentos que se seguiriam. Fez um ponto de situação e distribuiu as candidaturas pelos funcionários do programa "Mais Centro" de modo a garantir

que todos os processos fossem cuidadosamente analisados e aprovados, se tal fosse possível.

Três. Foi o número de candidaturas que me foram entregues, todas do distrito de Leiria - mais concretamente, a do Centro Escolar de Maceira, a do Centro Escolar de Parceiros e a do Centro Escolar de Barreira.

Passado este período de início de um novo processo de candidaturas, foram-me entregues os termos que definiam os critérios que as candidaturas deveriam seguir. É nesse aspecto que o me vou concentrar no ponto seguinte.

5.2.1. Termos do aviso para apresentação das candidaturas

Neste sentido, irei explicar, resumidamente, o que consta num aviso de abertura de concurso. Este aviso visa o financiamento de candidaturas através do Regulamento Específico "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar", integrado no eixo prioritário 3 - "Coesão Local e Urbana" do programa "Mais Centro".

De acordo com o artigo nº 3 do Regulamento Específico EDU (escolas), as operações a financiar visam apoiar o financiamento à requalificação e modernização do parque escolar do ensino básico e da educação pré-escolar, promovendo a utilização de edifícios escolas dotados de elevada qualidade arquitectónica e funcional que possibilitem um eficaz reordenamento da rede educativa e contribuam para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos.

Assim sendo, podem ser candidatas as seguintes tipologias de operações: a) construção de raiz de novos centros escolares, integrando, preferencialmente, o 1º ciclo e a educação pré-escolar; b) ampliação, requalificação e conservação de escolas destinadas ao 1º ciclo do ensino básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

O território abrangido pelas operações a financiar no presente aviso corresponde à NUT II - Região Centro de Portugal.

As candidaturas apresentadas por via da submissão do formulário electrónico disponível em www.maiscentro.qren.pt, devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos indispensáveis à sua completa instrução.

O prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre 16 de Setembro de 2013 e 31 de Outubro de 2013 e a dotação orçamental do presente aviso é de 30.000.000 (trinta milhões) de euros de FEDER que, poderá ser reforçada, excepcionalmente e por decisão da Autoridade de Gestão.

Relativamente à duração da execução das operações, deve ser, no máximo, de 24 meses a contar a partir da data de celebração do Contrato de Financiamento.

As operações admitidas serão objecto de uma avaliação de mérito em função da totalidade dos critérios de selecção definidos no Regulamento Específico, nomeadamente:

1. Projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola, tendo em conta as necessidades identificadas na respectiva Carta Municipal;
2. Grau de maturidade do procedimento concursal/ obra;
3. Projectos de construção/ ampliação/ requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos.

Para finalizar, de salientar que a Autoridade de Gestão do Mais Centro pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de dez dias úteis. A solicitação dos esclarecimentos e/ ou elementos referidos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem do prazo para a decisão de candidatura. A Autoridade de Gestão do Mais Centro poderá, ainda, emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Aviso.

5.2.2. Análise das Condições de Admissão e Aceitação

Após um estudo dos termos do aviso de abertura das candidaturas, é então altura de iniciar a análise das condições de admissão e aceitação das candidaturas, através da plataforma informática GEP (Gestão Electrónica de Processos).

O GEP está instalado nos computadores de todos os funcionários do Mais Centro, e consiste numa espécie de base de dados onde, todo o tipo de informações que se relacionam com as candidaturas, estão inseridas.

Para verificar se as candidaturas cumprem todas as condições de admissão e aceitação tenho que proceder ao preenchimento de uma check-list (presente em anexo), onde constam as condições gerais que têm que ser cumpridas e verificadas.

As condições referidas no parágrafo anterior são compostas pelas: condições gerais decorrentes do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, as condições de admissão e aceitação decorrentes do Regulamento Específico - Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar e, por último, as condições de admissão e aceitação decorrentes do Aviso de Abertura de Concurso.

Este período, de verificação do cumprimento ou incumprimento dos critérios definidos por parte das candidaturas, foi bastante elucidativo para mim, sendo de ressaltar a possibilidade de, por exemplo, em caso de dúvida em algum ponto, ou em caso de falta de um documento essencial por parte das entidade que se candidata ao fundo, existir a hipótese de entrar em contacto directamente com a entidade em causa, de modo a poder continuar com o processo de candidatura, o que, entre outros, demonstra a importância do papel que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro desempenha.

As minhas três candidaturas não preencheram todas as condições de admissão e aceitação e, assim sendo, não passaram para a fase da avaliação de mérito das mesmas.

6. Considerações Finais

Os financiamentos provenientes dos fundos estruturais nunca garantem a totalidade dos custos de determinada intervenção, logo, promovem o investimento por parte dos beneficiários abrangidos por esses mesmos fundos, mesmo que parcialmente falando.

Tendo em conta a conjuntura actual e a encruzilhada em que nos encontramos, fruto principalmente da política de austeridade adoptada, o papel dos fundos estruturais ganha cada vez mais relevância. Hoje, mais que nunca, tem que ser promovido o fomento económico e uma política centrada na promoção do investimento.

Certo é que a estrutura económica portuguesa condiciona o próprio desenvolvimento económico, estando sujeita às duas grandes áreas metropolitanas que a consomem e teimam em abrir mão do controlo e poder que adquiriram ao longo do anos.

Por sua vez, a estrutura social de Portugal reflecte a persistência de um tecido social pouco qualificado (principalmente na região centro) e um tecido empresarial onde ainda predominam défices de qualificação. O envelhecimento populacional e a nova vaga de emigração que se verificam nos dias que correm não fazem prever um cenário favorável para o futuro do país,

É necessário mudar de políticas e centrar as mesmas nos jovens e nas regiões por desenvolver, regiões essas (como a região centro) que possuem centenas de possibilidades de fomento económico, social e cultural.

O fenómeno do desemprego, aliado à concorrência dos países asiáticos e os seus preços impraticáveis, não ajudam, é verdade. No entanto, através dos fundos estruturais e das comissões de coordenação e desenvolvimento regional que possuímos, estamos equipados para fazer frente à actual conjuntura socioeconómica.

Observamos, actualmente, uma mudança progressiva dos estilos de vida, fruto principalmente do capitalismo desenfreado que se vive nas sociedades europeias ocidentais. O que leva à necessidade de um novo tipo de

respostas por parte dos governos, pois, os desafios estão constantemente em evolução o que, constitui uma oportunidade para se traçar um novo rumo distinto do bipolarismo societal actual.

O papel dos fundos estruturais, apoiado no programa Mais Centro e nos documentos Política de Cidades POLIS XXI, Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e Quadro de Referência Estratégico Nacional, é fundamental para o combate à bipolarização e à litoralização.

"Cooperar para competir" e "Tirar partido da diversidade territorial" deveriam ser máximas do governo central de modo a promover as regiões menos desenvolvidas de Portugal, combatendo os factores que condicionam o ritmo de desenvolvimento das regiões - a densidade (principalmente populacional), a distância (em relação aos grandes centros económicos) e a divisão (consequência da escassa cooperação entre regiões do país).

Por último, se é verdade que vivemos num país bipolarizado, em que os habitantes das duas grandes áreas metropolitanas do país (Lisboa e Porto) têm acesso a serviços que habitantes da região centro não possuem, também é verdade que, na região centro do país se verificam melhores condições de vida, menor criminalidade e uma esperança média de vida mais alta. Portanto, nem tudo é mau, nem este fenómeno que parece intrínseco à história do país, nem a conjuntura que vivemos. Com a leitura certa dos acontecimentos e com uma gestão mais pensada e razoável por parte dos governantes podemos "chegar a bom porto". Eu acredito. As potencialidades estão cá, falta o resto.

7. Cronograma

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.
Escolha do local de estágio													
Início do estágio													
Leituras exploratórias													
Análise da admissibilidade													
Acompanhamento do mérito e decisão													
Fim do estágio													
Realização do relatório													
Entrega do relatório													
Defesa do relatório													

8. Bibliografia

Livros e documentos consultados:

- Badouin, Robert, *Sócio-economia do Ordenamento Rural*, Porto: RÉS-Editora, 1982.
- Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, *Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão*, 2007.
- Gabinete do Secretariado de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *Portugal: Política de Cidades POLIS XXI*, 2008.
- Mateus, Augusto, *A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios*, in *Análise Social*, vol. XXVII, 1992.
- Mateus, Augusto, *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas Região Centro*, 2005.
- Mellor, J. R., *Sociologia Urbana*, Porto: RÉS-Editora, 1984.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Quadro de Referência Estratégico Nacional - Portugal 2007-2013*, Lisboa: Observatório do QCA III.
- Quivy, Raymond, e Campenhoudt, LucVan, *Manuel de Recherche en Sciences Sociales*, Paris: Dunod, 1995.
- Tonnies, F., *Community and Society*, Harper and Row, Nova Iorque, 1963.

Sítios consultados:

- <http://www.ccdrc.pt/>
- <http://datacentro.ccdrc.pt>
- <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/bipolarização>
- <http://www.maiscentro.qren.pt>
- <http://www.ine.pt>

9. Anexo